

DIREITOS DE QUARTA GERAÇÃO: biodiversidade e biopirataria

ELIANA CALMON ALVES

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

1. Introdução

A história do homem civilizado, ser gregário e social, parte da era dos chamados direitos naturais, poucos e essenciais, tais como o direito à vida, à sobrevivência, à propriedade e à liberdade.

Como Direito natural, ou afirmação filosófica, não há defesa possível quando é ele violado pelo Estado, a não ser quando há resistência – o súdito rebela-se contra a supremacia do soberano, que não respeita os direitos indispensáveis à sobrevivência; assim, pressiona a ordem constituída pelo Príncipe e a ela resiste.

Nesse diapasão, no estágio de consciência de que os direitos são conquistados e não outorgados, parte o homem, com resistência e pressão, para ampliar os direitos fundamentais, ultrapassando a esfera do natural a fim de chegar aos direitos políticos.

A era dos direitos políticos tem início com a Revolução Francesa e com a aprovação, em 26 de agosto de 1789, da primeira Declaração dos Direitos do Homem.

A marca registrada dessa era está na consciência da imperiosa necessidade de se estabelecer limites ao super poder do Estado. Daí a preocupação em garantir-se a liberdade pessoal: ninguém pode ser acusado, preso ou detido, senão nos casos determinados em lei.

No entanto, a preocupação não foi capaz de frear a tendência de, partindo-se do individualismo jurídico, chegar-se aos estados totalitários, que, acelerando o processo de evolução do Direito, inauguraram uma terceira geração.



O individualismo jurídico demonstrou claramente a sua disfunção, porque passou a traduzir os interesses de uma classe determinada, deixando à margem um grupo de pessoas desiguais.

A Revolução Industrial deixou às claras o desamparo das mulheres, das crianças e dos idosos.

O amadurecimento de novas exigências ou de novos valores, tais como o bem-estar, a equidade real e não apenas formal, e o interesse na manutenção de uma igualdade que transcende a fronteira do Estado fizeram explodir uma nova era: a dos DIREITOS SOCIAIS.

Essa era inicia-se com uma visão ainda individual: a igualdade real de cada um, merecedora de proteção do Estado o direito à educação, ao pleno emprego, à segurança e outros.

Em um segundo momento, passa-se a visualizar o homem integrado em um grupo. Da preocupação com o indivíduo, passou-se, então, a proteger indivíduos identificados por laços comuns, família, minorias étnicas, religiosas etc.

Surge um interessante fenômeno, provocado principalmente pela tragédia do nazismo, cujo ponto de partida foi o Tribunal de Nuremberg: um direito supranacional, sob o consenso de que, em foro internacional, deve-se discutir muitas questões ligadas aos direitos fundamentais.

É a terceira fase dos direitos sociais, voltada para a comunidade internacional, cujo problema maior é o de fornecer garantias válidas e eficácia para os direitos fundamentais, ao tempo em que se empenha em aperfeiçoá-los continuamente, de modo a não deixá-los engessados em fórmulas solenes e vazias.

Surgem os entes quase públicos, representados por segmentos não-governamentais da sociedade civil organizada, as ONG's,

incumbidas de lutar por interesses coletivos e difusos, direitos esses que dificilmente poderiam merecer a tutela estatal, por ausência de representação política adequada e pela excessiva exposição daquele indivíduo que decidia enfrentar o Estado.

Forjamos a nossa Carta Política, a “Constituição Cidadã”, sob a égide dos direitos de terceira geração, com o que de mais moderno tinha o mundo em termos de visão jurídico-institucional, ao término da “Guerra Fria”.

Porém, desde então, o mundo mudou radicalmente.

Caiu o muro de Berlim e, com ele, toda a política comunista do Leste Europeu. A economia mundial se realinha para enfrentar os grandes grupos econômicos e apátridas.

As ameaças à estabilidade nacional não mais vêm dos países vizinhos mas de grupos econômicos sem nacionalidade, fronteira ou ideologia, que varrem o mundo com a velocidade proporcionada pelos novos meios de comunicação.

Chega, então, a hora de comporem-se os Estados em blocos, cedendo às exigências da cultura nacional, para, fortalecidos pela união, enfrentarem a ganância pelo lucro rápido e fácil, dentro de uma política que sugere o novo *laissez faire*, *laissez passer*: o neoliberalismo.

Nesse contexto, passados mais de dez anos da reestruturação do Estado Brasileiro pela Constituição Federal de 1988, temos um modelo já superado.

O mundo parece estar bem menor e a velocidade da mudança no Planeta teve como consequência o rápido envelhecimento da capacidade de ordenar a sociedade, afora os gravíssimos problemas sócio-econômicos, soterrando o sonho de um “estado do bem-estar social”.

Além da dificuldade de implementação das políticas sociais e ambientalistas propostas constitucionalmente, de fortalecimento e proteção dos grupos minoritários, desponta como complicador a exclusão social provocada pelo apartheid econômico: os desempregados, os subempregados e a economia marginal ou informal.

Tais os reais problemas do mundo atual, especialmente dos países que, como o Brasil, enfrentam as mazelas da globalização sem ter tido tempo de cumprir seus compromissos sociais.

2. Direitos de 4ª Geração – Novas Tendências

As descobertas científicas e os avanços tecnológicos praticamente colocam o mundo em perplexidade, com valores sociais e éticos das três gerações de direito até aqui delineadas em absoluto declínio.

As exigências sociais chegaram a um nível de sofisticação tal, que o regramento da vida do indivíduo e da sociedade na qual ele se insere tornou-se insuficiente, sendo necessário ordenar e disciplinar o espaço físico e o meio ambiente. Assim, a preocupação apresentada não é mais pela VIDA, mas pela QUALIDADE DE VIDA.

A taxa de mortalidade diminui, e a longevidade se estende à medida em que avança a ciência, fazendo com que o homem tenha praticamente o poder sobre a vida, determinando o nascimento e a morte do seu semelhante.

A biodiversidade, como variedade de formas de vida existentes no planeta, está provocando diversos debates, haja vista que se tornou possível alterar não somente a constituição do ser vivo, mas também o equilíbrio ecológico.

A transformação do código genético de plantas, animais ou microorganismos por meio da engenharia genética, já é uma realidade.

Mediante um comando químico na cadeia genética, é possível obter um organismo geneticamente modificado, de melhor resistência e adaptação às reais necessidades do homem, como também é possível que se faça a reprodução de espécies a partir de células outras que não os gametas, o que dá origem à espécimes idênticas, os chamados “clones”.

O poder científico do homem e a rapidez das descobertas biológicas, pela biotecnologia, levam a diversos questionamentos: qual o comportamento a ser adotado pelos profissionais das diversas áreas, ao enfrentarem os desafios decorrentes dessa evolução? Como tratar questões extremamente polêmicas, dentro de um universo de valores ainda envelhecidos? Qual será o limite para a vida e para a morte?

A globalização e os avanços tecnológicos diminuíram distâncias, aceleraram o tempo, dinamizaram a vida, mobilizando os capitais em tal velocidade, que resultou na impossibilidade de acompanhamento pela nossa compreensão, disciplinada para um tempo e um espaço que se tornou inadequado.

O mundo inteiro ressen-te-se do fenômeno, visto que as normas jurídicas vêm perdendo, gradativamente, a capacidade de ordenar e moldar a sociedade.

O reflexo imediato desse descompasso está no Poder Judiciário, desguarnecido dos padrões que constituem a sua lógica e a sua força: a efetividade da lei aplicada ao caso concreto.

Os mecanismos processuais de controle dos conflitos não mais conseguem exercer o papel de absorver tensões, dirimir antagonismos, administrar disputas e neutralizar a violência.

O fenômeno atinge a todos, sejam países da common law, que adotam para o Judiciário o sistema de precedentes, como também nações

que, como o Brasil, pautam-se no sistema da legalidade ou da segurança jurídica, a civil law.

Dentro desse quadro, na perspectiva da sociedade brasileira, traçaram os Professores José Eduardo de Faria e Celso Campilongo as novas tendências da vida jurídica nacional.

A primeira mudança far-se-á no Direito Processual para atender às novas solicitações, preconizando-se para tanto:

- redução do número de recursos;
- adoção abundante do princípio da oralidade;
- finalização do processo nas instâncias inferiores;
- adoção de súmulas vinculantes;
- transformação dos tribunais de cúpula em cortes constitucionais;
- atos de comunicação processual por meios modernizados; e
- redução da coercibilidade do direito positivo, pelos processos de desregulamentação, deslegalização e desconstitucionalização.

Incentivam-se as negociações, os entendimentos e as soluções específicas para cada situação, com grande flexibilidade, pautados em uma nova racionalidade, com renúncia de supremacia e universalidade, dando ênfase e preponderância sobre as decisões articuladas e prevenidoras de conflitos, instrumentalizadas pelas soluções alternativas, tais como negociação, mediação e arbitragem.

É o retorno à privatização do Direito, após a expansão do Direito Público e das constituições dirigentes. Temos uma volta ao Direito Civil, em razão do enfoque à livre negociação, com modernos contratos firmados a distância, sem a documentação tradicional, porque celebrados via internet – são os chamados contratos desmaterializados.

A tutela governamental é substituída pela livre negociação, com expansão das relações contratuais em redes de empresas e cadeias produtivas.

Nasce, em consequência, no final de século passado, um Direito Civil novo, forjado na dinâmica da transnacionalização dos mercados e concentração de capitais.

No Brasil, temos, como exemplo, as privatizações de setores básicos da economia, criando o Estado, nesta fase transacional, as chamadas agências reguladoras.

Aumenta o número de contratos a termo, subcontratos, trabalho em domicílio, e surgem novas formas de remuneração, com base na produtividade, exercidas as tarefas por microempresários, deixando-se livre a negociação, sem a preocupação de proteger o hipossuficiente.

Destaca-se a importância assumida pelo Direito Internacional Público, que passa a ser progressivamente relativizado ou até mesmo desfigurado, na medida em que os acordos, as convenções e os tratados vão inserindo dispositivos de natureza privada, com vista a atender às leis de mercado, pela transnacionalização das avenças.

Expande-se o Direito Comunitário, com o surgimento de zonas de preferência tarifária, zonas de livre comércio, união aduaneira e união monetária, bases para o surgimento de mercados comuns.

Temos a regressão dos direitos sociais, nascidos contra o Estado para barrar a sua arbitrária interferência.

As ações coletivas vão perdendo a razão de existir, pela ineficiência quanto à exequibilidade das decisões nelas proferidas. Há uma tendência para o enfraquecimento dos Direitos Humanos, diante do enxugamento do Estado-Nação.

Transforma-se o Direito Penal pela expansão do crime organizado, do terrorismo, do contrabando, da lavagem de dinheiro, das fraudes financeiras e das migrações ilegais, cometidas por meio de infovias, em portentosas redes de transgressão.

Rompe-se, assim, com o princípio da territorialidade, com as normas probatórias, com o próprio conceito de sujeito ativo.

Quando se fala nas tendências dos direitos de quarta geração, temos de, necessariamente, focar a questão da ética e da moralidade como princípios norteadores da vida em sociedade, até por uma questão de sobrevivência.

E isso ocorre porque as cifras espetaculares que medem o desenvolvimento tecnológico do homem servem também para mascarar uma desigualdade gritante entre os que têm acesso às invenções tecnológicas e os que não têm. Daí ter dito o Professor Newton Santos, com sabedoria, que não basta ter a sociedade uma estrutura normativa moderna e pródiga na outorga de direitos. É imperioso que se conduza a sociedade a um patamar de cidadania, oferecendo-lhe condições de acesso aos direitos outorgados.

Ora, na medida em que o Estado deixa livre a contratação, que segue as regras de mercado, é preciso que se tenham presentes normas éticas de responsabilidade, a fim de que não se volte às iniquidades já vividas na época do *laissez faire*, *laissez passer*.

3. O Direito de Propriedade

O Brasil ainda cuida dos gravíssimos problemas em torno da propriedade fundiária, cujas causas estão na ausência de reforma agrária em um País de dimensão continental.

As questões de terra assumem contornos preocupantes sob o aspecto social, diante de uma crescente marcha da desobediência civil por grupos organizados, de um lado, e, do outro, a anêmica reação do Estado, que se coloca sem segurança, por não ter cumprido as obrigações de governo.

Assim, mergulhamos nos direitos de quarta geração ainda preocupados com a propriedade fundiária e com o problema de habitação nas inchadas metrópoles, devido ao êxodo rural.

Contudo, segundo minha ótica, a classe jurídica nada mais tem a fazer no terreno da propriedade imobiliária, senão o trabalho de atualização das novas formas de utilização dos bens de raiz. A partir daí, a questão é eminentemente político-social.

Na atualidade, a atenção dos juristas deve voltar-se para uma das grandes questões do novo milênio: a propriedade intelectual ou imaterial, as marcas e patentes de invenção.

Dentro do tópico, não podemos esquecer que se insere um enfoque inteiramente novo e de grande relevância, a questão da exploração da biodiversidade, especialmente para o Brasil, celeiro inesgotável de matéria-prima.

Se refletirmos em torno da riqueza da flora amazônica, por exemplo, podemos avaliar o quanto estamos vulneráveis em termos de cobiça internacional.

As questões relativas ao acesso à biodiversidade e à proteção da propriedade industrial constituem-se nos dois lados de uma mesma moeda, projetando-se em um sem-número de questionamentos.

Tudo gira em torno do acesso aos recursos genéticos e à tecnologia que deles se utiliza. Devem ou não ser patenteados os vegetais, os animais e os processos essencialmente biológicos? Como se posiciona o Brasil nesse debate?

O art. 225 da Constituição Federal de 1998 estabeleceu uma espécie de norma programática, consagrando a necessidade de zelar-se pela proteção ambiental.

Infraconstitucionalmente temos a Convenção da Diversidade Biológica, a que o Brasil se obrigou no plano internacional, obtida em 1992, por ocasião da ECO 92, realizada no Rio de Janeiro. A partir de então, temos uma legislação incipiente, destacando-se:

1) Lei da Biossegurança – Lei n. 8.974, de 5/1/1995 (regulamentou os incisos II e V do § 1º do art. 225 da CF/88), estabeleceu normas para uso de técnicas de engenharia genética e liberação de organismos geneticamente modificados;

2) Decreto n. 1.752, de 20/12/1995 – regulamentou a lei anterior;

3) Lei sobre Propriedade Industrial – Lei n. 9.279, de 14/5/1996;

4) Lei de Proteção dos CULTIVARES (= variedade cultivada de planta, que resulta do melhoramento genético, mediante interferência da pesquisa científica) – Decreto 98.830/90;

5) Projeto de Lei 306/95, de autoria da Senadora Marina Silva, em tramitação no Senado - inclui os recursos biológicos e genéticos continentais, costeiros, marítimos e insulares presentes no território nacional. Também inclui tipos penais, revigorando o enfoque repressivo em defesa do meio-ambiente; e

6) Leis estaduais do Acre e do Amapá – 1.235/97 e 388/97, respectivamente.

Indico a legislação por entender que, embora existam aspectos problemáticos na normatização das atividades de manipulação dos recursos da biodiversidade, tal não é a causa principal para a evasão dos nossos recursos, como assinalam os especialistas.

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito à falta de conhecimento da elite brasileira no que se refere à importância da biodiversidade no mundo moderno, que está umbilicalmente ligada à questão da propriedade intelectual.

Constatam os especialistas que, enquanto as ciências biotecnológicas evoluem em progressão geométrica, verifica-se no planeta uma galopante escassez de matéria-prima para atender a essas atividades.

A escassez tem levado os países mais ricos em BIOTA ou BIOMA (conjunto de flora e fauna de uma região) e, de forma paradoxal, mais pobres economicamente, a sofrerem o assédio das indústrias internacionais, sequestras de bens que lhes garantam a continuidade de um rico filão em divisas patenteadas. Daí a necessidade imperiosa de chamar-se a atenção para a importância do que se denomina de biopirataria.

Convém iniciarmos essas breves reflexões com o conceito de BIODIVERSIDADE, identificada como a variação do patrimônio genético, compreendendo-se, nesse universo, toda a capacidade de existência viva e de perpetuação de espécies.

A preocupação dos Estados, especialmente os mais assediados pelas indústrias multinacionais, está em traçar o ponto de equilíbrio na

utilização da biodiversidade como instrumento na obtenção de vantagem econômica. É a chamada BIOPROSPECÇÃO.

De um lado, torna-se imprescindível, por ser uma questão de soberania, estabelecer as linhas mestras da exploração de seus próprios recursos segundo as políticas ambientais do Estado, evitando sejam causados danos às áreas de sua jurisdição soberana.

É de importância capital a noção de soberania de cada Estado, sob o enfoque da biodiversidade, a fim de varrer a idéia de que as riquezas biológicas são patrimônios comuns da Humanidade, por séculos, a abrir mão de uma real proteção dos seus interesses, dando ensejo à exploração dos países do terceiro mundo.

Ao traçar a sua política de bioprospecção, ou seja, de manuseio dos recursos genéticos, não se pode olvidar que se insere, nesse patrimônio, o conhecimento secular, adquirido pelas comunidades tradicionais. É a cultura de povos, que, ao longo do tempo, utiliza-se dos recursos naturais, por meio de técnicas e invenções primárias, aperfeiçoadas por gerações e gerações.

Daí o princípio inserido no artigo 3º da Convenção da Diversidade Biológica: os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos, segundo as regras de política ambiental, obstaculizando práticas que causam dano ao meio ambiente.

Fala-se, então, do DIREITO INTELECTUAL COLETIVO, consubstanciado em um conjunto de normas que protege o conhecimento tradicional e inovações não alcançadas pelo sistema dos direitos de propriedade intelectual.

É uma espécie nova, que surge como embrião da propriedade intelectual.

Temos, então, posterior ao DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL – proteção ao conhecimento técnico científico –, o DIREITO INTELECTUAL COLETIVO, que protege a cultura e incentiva o seu resgate, evitando que seja ela dilapidada pela exploração inconseqüente.

A noção de direito intelectual coletivo objetivou proteger os conhecimentos e inovações não abarcadas pelo sistema dos direitos de propriedade intelectual, mas que não podem ser esquecidos por integrarem a biodiversidade.

Mas o debate em torno do tema “propriedade imaterial” – patentes de invenção - assume proporções mais urgentes e preocupantes com o crescente número de relatórios sobre pesquisas biológicas que envolvem o genoma humano.

A engenharia genética vem sendo estudada nos Estados Unidos desde o início da década de 70.

No Brasil, o tema ganhou importância a partir da Lei 8.974/95, chamada de Lei de Biossegurança, regulamentada pelo Decreto 1.752.

É interessante observar que a Lei de Propriedade Industrial – Lei 9.279/96 – permite a apropriação privada dos produtos e processos biotecnológicos, desde que se cumpram os três requisitos básicos: inovação, atividade inventiva ou aplicabilidade industrial.

Contudo, em genética humana, a norma não tem a mínima aplicabilidade, tendo em vista que a sequência genética não é criação, consistindo o trabalho do homem em um mero proceder mecânico que levou à decodificação.

A atuação na área da genética humana tem suscitado questões de BIOÉTICA, as quais não mereceram um tratamento jurídico adequado, em parte devido à velocidade das pesquisas científicas e,

ainda, devido às perplexidades que tem provocado o desvendar do mistério da vida.

Na atualidade, a maioria, quase a totalidade dos ordenamentos jurídicos mundiais, inclusive a ordem jurídica brasileira, proíbe a clonagem de seres humanos.

Os Estados Unidos acabam de permitir a exploração científica de embriões humanos, chamados de célula-mãe, extraídos de fetos abortados e do cordão umbilical.

A Inglaterra, excepcionalmente, permite a clonagem terapêutica para a fabricação de órgãos destinados a transplantes, técnica que implica a destruição de embriões humanos: alguém precisa morrer para que se salve a vida de outrem.

Dentro da genética, temos também de enfrentar a polêmica das técnicas que envolvem a alteração genética das plantas, dando ensejo ao aparecimento dos alimentos transgênicos, cujas conseqüências são ainda desconhecidas.

Infelizmente, arrasta-se no Congresso a aprovação do Projeto de Lei 306/95, que estabelece uma moratória de cinco anos para a plantação dos transgênicos.

O Judiciário já vem aplicando a referida moratória, visto que há liminar de caráter geral, proibindo a plantação experimental dos transgênicos.

A Lei 8.974/95 (Lei da Biossegurança) criou a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, incumbida das atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, órgão que, entretanto, não dispõe de estrutura adequada para atender à demanda, especialmente pela força de entrada no Brasil dos alimentos transgênicos.

Não se tem, ainda, um estudo amplo, transparente e corretamente avaliado das consequências dos transgênicos e o impacto que causam ao meio ambiente, bem assim, à saúde dos consumidores.

Até o momento, prevalecem os interesses econômicos, sem atenção ao consumidor, que tem o direito de saber, pela rotulagem dos produtos, quais os elementos inseridos nos gens do alimento adquirido.

Se, por um lado, não se pode aceitar haja a proibição ou restrição às cegas, por outro, não se pode entender seja colocado no mercado produto sem o teste definitivo.

4. Biopirataria

A bioprospecção, ao tempo em que se constitui em fonte de recursos a serem revertidos em favor da conservação da biodiversidade, pode contribuir para o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica.

Ameaçadoramente, na medida em que se pretende estudar a biodiversidade e transformá-la em fonte de recursos, abre-se o patrimônio genético para a BIOPIRATARIA, consubstanciada na exploração predatória, indevida ou clandestina da fauna e da flora, sem qualquer pagamento da matéria prima. É, em outras palavras, a usurpação de um conhecimento sem o retorno respectivo.

Em verdade, a biopirataria é a forma moderna pela qual o mundo do Século XXI dá prosseguimento à história de lutas coloniais, pela usurpação e exploração das riquezas biológicas nativas, à saga das grandes expedições exploradoras, patrocinadas por Portugal e Espanha e à política de colonialismo agrícola das nações européias.

Exploradores assumidos, missionários religiosos e missões diplomáticas oficiais sempre tiveram em mira a exploração biológica para utilização em um comércio altamente lucrativo.

Paralelamente, também se pontua na histórica passagem do biocolonialismo o controle exclusivo das conquistas biológicas. Daí as severas regras dos países colonialistas.

O contrabando de mudas de seringueira do Brasil para o sudoeste da Ásia deu à Inglaterra a vantagem no comércio mundial da borracha, provocando o desastre econômico da Amazônia.

Os caçadores de plantas estão hoje sendo substituídos por exploradores de genes. Os mercados globais, em mudança histórica, passaram a trocar a utilização de combustíveis fósseis e de metais raros pelos recursos genéticos e biológicos.

As indústrias farmacêuticas, cosméticas e de alimentos, dentre outras, contrabandeam os conhecimentos dos povos nativos, acrescentam alguma modificação na composição genética das plantas e intitulam de descoberta científica a manipulação de recursos nativos, ou sabedoria primitiva, angariando, após patenteamento, grandes lucros.

Para se ter uma idéia desse rico filão, basta lembrar que três-quartos de todas as drogas utilizadas pela indústria farmacêutica derivam de plantas antes utilizadas na medicina indígena.

O curare, por exemplo, era usado pelos índios amazônicos para paralisar a caça, e hoje funciona como anestésico cirúrgico.

A neem, árvore símbolo da Índia, chamada de árvore abençoada pelo poder de cura, servindo de antibactericida natural, hoje é industrializada pela W. R. GRACE, que a patenteou, em detrimento de pesquisadores e empresas indianas que, há séculos, utilizavam-se da sua árvore símbolo.

A taumatina, tradicional planta da África Ocidental, vem sendo usada de longa data pelos nativos da região como adoçante alimentar.

Em 1993, a LUCKY BIOTECH CORPORATION, empresa coreana do setor farmacêutico, e a Universidade da Califórnia conseguiram patente internacional para um adoçante de baixa caloria e que é cem mil vezes mais doce que o açúcar. É identificada como a mais doce substância do planeta.

A “descoberta” renderá milhões em lucros, mas os verdadeiros descobridores da taumatina nada receberão.

O que fazer? Instituições internacionais e empresas privadas têm uma série de proposições e planos para partilhar os lucros oriundos de novas patentes baseadas no conhecimento primitivo dos povos incultos.

Outras instituições não aceitam a política de partilha e defendem a cobrança de royalties.

Por fim, uma terceira via afirma que o domínio genético não pode ser vendido a qualquer preço, devendo continuar a ser de todos.

O exemplo da terceira via é a decisão tomada por todas as nações do mundo, no sentido de preservar a Antártida como domínio global, livre de exploração comercial.

Estudos são desenvolvidos em torno da proteção de patentes, que alguns entendem fazer surtir um efeito contrário, por reprimir a livre troca de informações, essencial para o aprimoramento da condição humana.

Sem terem chegado a uma conclusão definitiva, parece até que os países ricos não têm interesse na solução para o impasse que, seguramente, não lhes trará nenhum benefício.

O certo é que o mundo jurídico já tomou consciência da importância do meio ambiente ecologicamente equilibrado. E hoje, o

entendimento das elites, respaldado em lei, é no sentido de que, dado o caráter difuso do bem ambiental, tem o Poder Público e, ainda, a coletividade, legitimação para preservá-lo e defendê-lo, em nome dos interesses das gerações futuras.

5. Conclusões

1) Os direitos de quarta geração encontram um mundo inteiramente novo, com valores sociais e éticos em declínio absoluto.

2) As tendências do Direito neste século estão arraigadas a dois tópicos principais:

a) velocidade da vida pelas descobertas científicas e avanços tecnológicos; e

b) novos centros de interesse com ênfase à propriedade imaterial.

3) Surgimento, ao lado do direito intelectual, do chamado direito intelectual coletivo, que protege o conhecimento tradicional e as inovações não alcançadas pelo sistema dos direitos de propriedade intelectual já conhecidos tradicionalmente.

4) Necessidade da consciência de que a biodiversidade está integrada pelos conhecimentos e inovações da tradição dos povos, fora do sistema formal dos direitos.

5) O Brasil, por não ter aprovado o Projeto de Lei 306/95 da Senadora Marina Silva, não dispõe de legislação que discipline a genética humana e a utilização e plantio de alimentos transgênicos.

6) A biopirataria é uma forma nova de colonialismo, substituindo, no mundo moderno, os caçadores de plantas por exploradores de genes.

7) Dificuldade de traçarem-se os limites da bioprospecção, assim entendida a utilização da biodiversidade como fonte de recurso para o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica;

8) Proposições internacionais para proteger a biodiversidade e frear a biopirataria, que apresentam três ordens de idéias:

a) partilha dos lucros oriundos das patentes baseadas no conhecimento primitivo de povos incultos;

b) pagamento de royalties a esses povos; e

c) impossibilidade de venda ou negociação do conhecimento científico que possa influenciar na genética.

9) Inexistência de solução para uma posição definitiva. Afinal, aos países desenvolvidos não trará nenhum benefício o fim do problema, que é unicamente das nações pobres, que, paradoxalmente, são as mais ricas em biodiversidade.